

Isabel Dias, Violência na Família — Uma Abordagem Sociológica, Porto, Edições Afrontamento, 2004, 458 páginas.

Este livro, da autoria de Isabel Dias, que resulta de uma dissertação de doutoramento em Sociologia apresentada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, centra-se na problemática da violência doméstica e revela o carácter paradoxal da família moderna — palco da coexistência de abusos e afectos.

A obra divide-se em duas partes. Na primeira, intitulada «Violência doméstica: a construção social e científica de um objecto», é apresentado, ao longo de cinco capítulos, o enquadramento teórico-conceptual que estrutura a investigação. Através de um olhar minucioso e exaustivo, a autora começa por sublinhar como já na família tradicional se encontravam fontes de tensão e conflito, explicitando depois como a privatização da família moderna e o centramento sobre si própria privilegiaram, por um lado, a concretização dos afectos, mas, simultaneamente, fizeram com

que esta se constituísse como um lugar propício à emergência de comportamentos violentos. Em torno da questão da violência sobre as mulheres, as crianças e os idosos, em particular sobre o fenómeno da construção da sua visibilidade, centra-se o capítulo terceiro. De forma aprofundada são, no capítulo seguinte, sistematizadas as teorias sociológicas que ajudam à compreensão do fenómeno da violência doméstica e no último capítulo da primeira parte do livro fica o leitor a par das opções teóricas, das hipóteses de investigação e dos caminhos metodológicos percorridos na pesquisa empírica.

O modelo de análise proposto nesta investigação integra e articula algumas das teorias relativas à violência doméstica, nomeadamente proposições específicas tributárias da teoria dos recursos, colhendo igualmente alguns contributos teóricos e conceitos centrais do interacционismo simbólico, da sociologia da família (em particular no que respeita à conjugalidade) e das relações sociais de género e das classes. «A um nível macrossociológico das perspectivas feministas foram consideradas [também] algumas pistas de análise e certas recomendações no plano metodológico» (p. 215). As hipóteses de investigação articuladas pela autora são as de que as representações e práticas de violência doméstica variam em função de diferentes formas de conjugalidade, do género e da pertença social.

«Um olhar qualitativo sobre representações e práticas de violência doméstica» é a designação atribuída à segunda parte do livro, onde são

apresentados os resultados do trabalho empírico desenvolvido através de entrevistas¹ semiestruturadas e em profundidade a casais profissionalmente activos, residentes numa freguesia da periferia do Grande Porto, inseridos em diferentes meios sociais (pescadores, operários e agricultores), com filhos e com alguma história conhecida de violência doméstica.

Assim, no capítulo designado «Formas de conjugalidade e violência doméstica» conclui-se que os «entrevistados não ultrapassaram (inclusive geracionalmente) um certo conservadorismo ao nível dos modelos de conjugalidade e matrimonialidade, embora se observem mudanças ao nível dos códigos do pensar» (pp. 307-308). No capítulo seguinte, consagrado aos «Olhares femininos, olhares masculinos: representações e práticas de violência doméstica», os resultados mostram que, por um lado, tanto a forma de conjugalidade aliança (que caracteriza os casais entrevistados) como a forma de conjugalidade institucional (típica da família de origem dos mesmos) se tornam propícias à emergência de práticas violentas e, por outro, que «os entrevistados dos três meios socioprofissionais recusam, no discurso, a violência conjugal, mas que a praticam, sobretudo os operários e os pescadores» (pp. 367-368).

Num dos mais originais capítulos de toda a investigação, o oitavo, onde

¹ Para além da metodologia qualitativa, foi também adoptada uma abordagem de pendor quantitativo (embora com carácter complementar) — facto que revela a riqueza metodológica que caracteriza esta investigação.

se cruzam os discursos do casal relativamente à experiência de violência, é-nos revelado como «os casais organizam a sua experiência de violência a partir de diferentes razões centrais, que ilustram, por um lado, o modo como o casal na sua individualidade (re)elabora as experiências passadas ou presentes de violência e, por outro, a persistência de relações de género assimétricas em modelos de conjugalidade caracterizados por uma forte diferenciação» (p. 386).

Um dos méritos do presente estudo, sem dúvida um dos seus pontos fortes, é o de, pela primeira vez no nosso país, no âmbito de uma investigação académica centrada na problemática da violência doméstica, o discurso veiculado pelos homens se constituir, para além do das mulheres, também como objecto de análise. Outro ponto relevante, tendo em consideração o manancial de informação não só teórica como empírica (que timbra o trabalho com um pendor por vezes excessivamente descritivo), é o da apresentação de uma síntese conclusiva no fim de cada capítulo que permite identificar e manter um fio condutor através da leitura de toda a obra. A apresentação de excertos de histórias de vida dos entrevistados (testemunhos sentidos de agressões cometidas e sofridas) torna também a leitura do texto mais apelativa. De sublinhar igualmente o interesse não só dos anexos desta publicação², como ainda a extensão, relevância e

actualidade das referências bibliográficas.

A presente investigação mereceu-nos, contudo, algumas reflexões críticas. Uma das hipóteses centrais do trabalho é a de que as representações e práticas de violência variam consoante a pertença social. Para verificar esta hipótese são estudadas famílias de diferentes meios socioprofissionais, recorrendo-se ao conceito de classe social como um dos organizadores do modelo de análise. A questão que se nos coloca é a de saber como é que a classe social pode ter sido «assumida como elemento discriminante para a explicação dos comportamentos observados» (p. 230) recorrendo apenas a autora para a operacionalização deste conceito à matriz de construção do indicador socioprofissional? É que «os indicadores socioprofissionais, por mais densos de dimensões que sejam, não recobrem todo o âmbito substantivo do conceito de classe social [...] Uma dimensão de grande importância na estruturação contemporânea do espaço social das classes, da qual os indicadores socioprofissionais não dão suficientemente conta, é a que se reporta às distribuições de recursos de escolaridade. Tais recursos [...] [repercutem-se] em variadíssimos aspectos da existência em sociedade, nomeadamente [...] na constituição de representações cognitivas e de sistemas classificatórios, no desenvolvimento de estratégias de vida e de práticas sociais³.»

² 1. Legislação e políticas sobre a violência doméstica em Portugal; 2. metodologia de análise das entrevistas; 3. guiões de entrevistas.

³ António Firmino da Costa, *Sociedade de Bairro*, Oeiras, Celta Editora, 1999, p. 231.

Se o indicador socioeducacional tivesse sido utilizado e caso a população estudada se distribuisse por diferentes classes sociais (o que a nosso ver, não acontece, já que a larga maioria dos elementos entrevistados é caracterizada por um grau de instrução baixo⁴, com entradas prematuras no mercado de trabalho e oriunda de famílias com dificuldades económicas), teria sido, nesse caso, mais viável responder à hipótese inicialmente formulada.

Uma das outras hipóteses deste trabalho que consistia em relacionar formas de conjugalidade com representações e práticas de violência, partindo da proposição «segundo a qual uma família com traços mais modernistas [...] seria menos propensa à existência de violência entre os seus membros, contrariamente a um modelo mais institucional [...] terreno mais tolerante à ocorrência de comportamentos violentos» (p. 218), acabou também, em nosso entender, por não poder ser plenamente «testada», uma vez que a autora não encontra entre os seus entrevistados conjugalidades do tipo fusão ou mesmo associação⁵. Entre os entrevista-

dos prevalece a forma de conjugalidade aliança (p. 303) e, mesmo que em termos de representações, nalguns aspectos, estes casais tendam para um eixo mais modernista da conjugalidade, o que parece verificar-se é que, ao contrário do que a hipótese inicialmente estabelecida previa, isso não inviabiliza a prática da violência no seu seio.

A propósito da especificidade de representações e práticas de violência em função da pertença dos entrevistados a diferentes meios socioprofissionais, Isabel Dias conclui que «a violência ocorre principalmente no meio piscatório e operário e encontra-se fortemente presente no universo simbólico dos agricultores» (p. 403). Nota que «entre os agricultores não há referências a práticas de violência conjugal» (p. 341) e questiona se, «porventura, na situação de entrevista eles não terão respondido apenas aquilo que consideram ser socialmente «correcto» face aos conteúdos valorativos hoje dominantes» (p. 401). Pela mesma lógica, usando este argumento, poder-se-ia questionar por que não fizeram então o mesmo os outros dois grupos socioprofissionais estudados?

Ainda a este respeito, a autora acrescenta que a atitude mais fechada dos agricultores impossibilitou a compreensão plena do «significado sociológico da ausência de práticas

⁴ 75 dos 90 entrevistados possuíam o 1.º ciclo do ensino básico completo, 5 não sabiam ler nem escrever, 1 tinha o ensino secundário completo e 6 tinham um curso de formação profissional (p. 256).

⁵ As diferentes formas de conjugalidade estão, de algum modo, relacionadas com as diferentes pertenças sociais: as franjas da população socialmente favorecida estão normalmente na linha da frente em termos das mudanças de valores familiares. Do nosso ponto de vista, em causa, nesta investigação, não estão franjas sociais distintas, mas sim

grupos socioprofissionais variados, todos pertencendo a um meio que poderíamos considerar socialmente desfavorecido — facto que dificulta o encontro dos tais casais com formas mais modernistas da conjugalidade.

de violência conjugal num meio socioprofissional cujo universo simbólico sobre a conjugalidade, a família e a própria violência se revela tão tradicionalista» (p. 401) sugerindo, por hipótese, que, se, por um lado, estas concepções são propícias à emergência de comportamentos masculinos violentos, por outro, a dominância masculina própria do modelo aliança, ao garantir eficazmente a subordinação feminina e dos filhos, também pode minimizar o risco da emergência de conflitos». Resulta um pouco estranho que, se a dominância masculina própria do modelo aliança, por hipótese, minimiza o risco de emergência de conflitos entre os agricultores, não o faça em relação aos operários e pescadores, grupos em que, como a própria autora demonstra, emergem com um peso significativo.

Apesar de sublinhadas as inúmeras vantagens do uso das metodologias qualitativas, designadamente para este tipo de investigações (objecto de estudo sensível e população de difícil acesso), Isabel Dias também nota como, no fundo, o uso de uma metodologia qualitativa conduziu «a uma (aparente) homogeneidade discursiva que não nos deve levar a elidir as diferenças demonstradas através da análise de correspondências simples» (p. 402). Este tipo de análise, «ao sinalizar padrões de relacionamento entre certas variáveis, permitiu desconstruir leituras tendencialmente homogeneizantes» (p. 403), fazendo ressaltar, portanto, as diferenças em termos de representações e práticas de violência que caracterizam homens e mulheres de

diferentes meios socioprofissionais. Do nosso ponto de vista, a homogeneidade discursiva encontrada poderá não ter tanto a ver com a metodologia qualitativa empregue neste estudo, mas com o facto de os entrevistados seleccionados, apesar de pertencerem a meios socioprofissionais diferentes, possuírem, no fundo, capitais escolares e económicos idênticos bem como, relacionada certamente com este aspecto, prevalecer entre todos eles a forma de conjugalidade aliança.

Um outro aspecto que nos mereceu uma reflexão particular prende-se com o seguinte: se é verdade que o conceito de violência doméstica accionado na presente investigação «integra qualquer acto, inclusive de omissão, que provoque nas suas vítimas custos físicos, psicológicos, emocionais, ou outros» (pp. 23-93), parece-nos que a forma como o guião se encontra elaborado, com a maioria das perguntas remetendo de forma directa para a dimensão física da violência⁶, conduz de forma mais ou menos explícita a que os casais

⁶ «Quando é que o seu marido lhe bateu pela primeira vez?», «Foi a única vez, ou bateu-lhe mais vezes, por que razões?», «Como é que o seu marido lhe bateu, ou bate?», «Já chegou a ficar ferida por causa das agressões do seu marido? Alguma vez precisou de se ir tratar ao hospital?»; «Costumava ou costuma bater na sua mulher?», «Como é que lhe batia ou bate?», «Por que razão costuma bater no seu filho?», «Em que zonas do corpo é que lhe bate?», «Alguma vez lhe bateu da mesma forma que os seus pais lhe batiam a si ou pelas mesmas razões?», «Como se sente quando lhe bate?», «Alguma vez o seu marido se zangou consigo por ter batido no seu filho?», etc. (pp. 447-458).

entrevistados se refiram maioritariamente nas suas narrativas a esta dimensão da violência, concluindo, necessariamente, a autora que, quer em relação à violência parental, quer em relação à violência conjugal, predominam entre os entrevistados formas de violência física.

Parece-nos curioso ainda que, a propósito das estratégias de pesquisa, a autora mencione existir uma «recusa de se trabalhar, à partida, com as vítimas da violência doméstica» (p. 247). Se assim foi, porquê fazer «incursões anónimas pelos bairros e freguesias do concelho que, do ponto de vista social e da violência doméstica, indiciavam ser mais problemáticos»? (p. 245). Porquê a «consciência de que o processo de encontrar os lugares e as pessoas mais adequadas aos objectivos da investigação seria longo e moroso»? (p. 245). A que tipo de «pessoas adequadas» se refere a autora? Porquê, mesmo sem possuir um carácter determinante, um dos critérios de selecção dos entrevistados seria o de, justamente, os indivíduos terem «alguma história conhecida de violência doméstica»? (p. 247). E, por fim, qual a lógica de estruturar o guião com perguntas directas acerca das práticas de violência?

Uma derradeira nota que, sendo de pormenor, poderá interessar a quem particularmente se dedica à investigação sociológica deste tema: refere a investigadora que a *conflict tactics scale* (escala usada nas pesquisas de natureza quantitativa)⁷ que per-

mite descobrir quais os meios mais frequentemente utilizados nas famílias para resolver os conflitos), «não obstante a sua utilização extensiva é criticada pelo facto de não integrar itens relativos ao contexto, padrões, sentido e consequências da violência [sendo que], para as perspectivas feministas, os resultados produzidos por esta escala são levados demasiado a sério pela comunidade científica, apesar de se tratar de um procedimento que não tem sido revisto desde a sua formulação, a qual data de 1979» (p. 237). Importa notar que a CTS foi entretanto revista desde a data da sua elaboração⁸ e que os seus autores reconheceram, aliás, algumas das limitações da metodologia empregue no primeiro inquérito, tendo, nesse sentido, revisto e melhorado a metodologia original, esclarecendo em publicações posteriores que «if one goes by how much harm is done, who initiates the violence, and how easy it is for a victim to escape violence, women clearly are the disproportionate victims of domestic violence»⁹ (Gelles, 1995, p. 463).

Finalmente, não obstante os comentários supra-referidos, importa

que as mulheres são tão ou mais violentas no âmbito da conjugalidade quanto os homens.

⁸ M. A. Straus, S. L. Hamby, S. Boney-McCoy e D. B. Sugarman, «The revised conflict tactics scale (CTS2): Development and preliminary psychometric data», in *Journal of Family Issues*, vol. 17, n.º 3, 1996, pp. 283-316.

⁹ R. J. Gelles, «Family violence and abuse», in R. J. Gelles (ed.), *Contemporary Families — A Sociological View*, Londres, Sage Publications, 1995, pp. 449-483.

⁷ Através do uso desta metodologia, as pesquisas chegam, por norma, à conclusão de

sublinhar que este trabalho tem o indubitável mérito de se debruçar sobre um tema da maior actualidade, de revelar que «não só os homens «falam» das suas experiências de violência [...] como, através das «histórias de vida», as organizam segundo relações (afectivas e familiares) inteligíveis» (p. 404) e ainda o de mostrar como a família se pode constituir simultaneamente em lugar de afectividade e de violência, representando deste modo uma obra de referência para a análise e o estudo aprofundados desta problemática.

CLÁUDIA CASIMIRO